
Dossiê

UMA ANÁLISE SOBRE A “CAMPAINHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA”.

A POINT OF VIEW ABOUT THE “PERMANENT CAMPAIGN AGAINST PESTICIDES AND FOR LIFE” IN BRAZIL.

Maciel Cover¹

Patrícia Silveira Rodrigues²

RESUMO

No contexto em que o Brasil se torna o principal consumidor mundial de agrotóxicos, um conjunto de atores sociais como movimentos sociais do campo, organizações não governamentais, sindicatos rurais e urbanos, organizam a “Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida” com o intuito de chamar a atenção para a sociedade brasileira diante do eminente risco que estes produtos químicos acarretam para a saúde humana e para o meio ambiente. Por meio desse artigo propomos refletir sobre o processo desenvolvido por esta campanha a partir da seguinte questão: que fatores podem ser mobilizados para explicar o crescimento em termos organizativos da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida? O artigo é fundamentado na análise de materiais produzidos pela campanha, bem como pelas adesões de novos atores sociais que adentraram na campanha desde seu começo. Em termos teóricos, buscamos nos fundamentar nas discussões sobre sociedade global de risco de Ulrich Beck bem como no conceito de sistemas peritos de Anthony Giddens.

Palavras-Chaves: Agrotóxicos – Movimentos Sociais do Campo – Sociedade Global de Risco – Sistemas Peritos.

ABSTRACT

On the background where Brazil has become the world's leading consumer of pesticides, a group of social actors such as rural social movements, NGOs, rural and urban unions, have organized the "Permanent Campaign Against Pesticides and for Life" in order to draw attention to Brazilian society in face of the imminent risk that these chemicals lead to human health and the environment. Through this paper we propose reflect on the process developed for this campaign from the question: what factors can be mobilized to explain the growth in organizational terms of the Permanent Campaign Against Pesticides and for Life? The article is based in the analysis of materials produced by the campaign, as well as the accession of new social actors who stepped into the campaign since its inception. Theoretically, we seek to support in discussions on global risk society by Ulrich Beck and the concept of expert systems by Anthony Giddens.

Key-Words: Pesticides – Rural Social Movements - Global Risk Society - Expert Systems.

¹ Doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade Federal de Tocantins, Campus de Tocantinópolis.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília.

Introdução

O fundo do cartaz é branco. Olhando de cima para baixo o primeiro objeto que aparece é um avião agrícola amarelo despejando uma nuvem de agrotóxico sobre um prato de verduras e legumes, posicionado logo abaixo, seguido da frase em letras pretas: “Cada brasileiro consome em média 5,2 litros de agrotóxicos por ano,” e de uma pergunta em letras vermelhas: “Até quando vamos engolir isso?” Na base do cartaz há uma faixa verde onde em letras brancas, em caixa alta está escrito “Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida”.

A simbologia do cartaz desta campanha apresenta uma mensagem direta e faz um questionamento que pode ser interpretado como uma forma de começar um diálogo, ou pelo menos de fazer pensar sobre o ato de comer e também sobre as técnicas de produção agrícola. Estes são dois pontos também almejados pela “Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida”. Realizada por um conjunto heterogêneo de organizações da sociedade civil, esta campanha tem apresentando desde seu lançamento em 2011, um constante crescimento em termos de adesões por parte de atores sociais, como também tem feitos debates que influenciaram na elaboração de programas governamentais voltados para o estímulo da produção orgânica e agroecológica, como de contenção do uso de agrotóxicos.

Por meio desse artigo propomos refletir sobre o processo desenvolvido por esta campanha a partir da seguinte questão: que fatores podem ser mobilizados para explicar o crescimento em termos organizativos da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida? O artigo é fundamento na análise de materiais produzidos pela campanha e na observação de suas atividades realizadas. Em termos teóricos, buscamos nos fundamentar nas discussões sobre sociedade global de risco de Ulrich Beck bem como do conceito de sistemas peritos de Anthony Giddens.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira parte exporemos alguns elementos da teoria de Ulrich Beck e Anthony Giddens, visto “sociedade de risco” e “sistemas peritos” são dois conceitos que consideramos chaves e apropriados para compreender o tema de pesquisa que estamos propondo. Na segunda parte apresentaremos a Campanha contra os Agrotóxicos e pela Vida, descrevendo seus objetivos, sua pauta, suas ações e os atores sociais que fazem parte. E por fim, na terceira parte apresentamos alguns elementos para a reflexão sobre a repercussão da campanha.

A sociedade global de risco e a modernidade reflexiva.

Consideramos que as obras de Ulrich Beck, *A sociedade de risco* e de Anthony Giddens, *As consequências da modernidade* nos fornecem elementos para compor uma análise sobre a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela vida.

Em *A sociedade de risco*, o sociólogo alemão Ulrich Beck constata que na sociedade moderna que a produção social de riqueza é acompanhada pela produção social de riscos. Os riscos estão relacionados às catástrofes ambientais provocadas pela ação da indústria, ao uso descontrolado de recursos naturais, à produção de tecnologias que podem autodestruir a vida humana na Terra como as armas atômicas e radioativas. Apesar de todas as críticas feitas à obra de Beck, de sua produção ensaística (BOSCO, 2011) de sua posição eurocêntrica, de sua percepção evolucionista de história (GUIVANT, 2001), consideramos um aspecto como interessante para compor nossa análise sobre a campanha contra os agrotóxicos. Trata-se do argumento de que na modernidade a sociedade, ou parte dela, passa a se preocupar em desenvolver medidas relacionadas a antecipação de catástrofes ou ameaças a destruição do total ou parcial da vida e do planeta, a se preocupar com estes componentes futuros

Riscos não se esgotam, contudo, em efeitos e danos já ocorridos. Neles, exprime-se sobretudo um componente futuro. Este baseia-se em parte na extensão futura dos danos atualmente previsíveis e em parte numa geral de confiança ou num suposto “amplificador do risco”. Riscos têm, portanto, fundamentalmente que ver com antecipação, com destruições

Uma análise sobre a “Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida”

que ainda não ocorreram mas que são iminentes, e que, justamente nesse sentido, já são reais hoje. (BECK, 2010, p.39)

O uso de agrotóxicos pode ser analisado desde a ótica do risco que acarreta para a população de maneira geral, pelo fato de fazer parte do processo de produção de alimentos, e também pelos problemas de ordem ambiental de contaminação de águas e solos, que estão relacionados a riscos futuros de inutilização destas fontes de recursos naturais. Fundamentada na descrição do que é a “Campanha contra os Agrotóxicos pela Vida” e na análise do repertório de seus argumentos, sustentamos que o “risco” é utilizado um pilar mobilizador de discursos e ações que neste caso tem contribuído para ampliar o foco de atuação dos atores sociais envolvidos no tema.

Na mesma esteira, consideramos importante o aporte teórico oferecido por Anthony Giddens, que ao apresentar *As consequências da modernidade*, nos chama a atenção para “três fontes dominantes de dinamismo da modernidade”, que são: 1) A separação entre tempo e espaço, 2) O desenvolvimento de mecanismos de desençaixe e, 3) A apropriação reflexiva do conhecimento. Estes três aspectos caracterizam a sociabilidade moderna. Nos deteremos a utilizar o segundo ponto, os mecanismos de desençaixe, que são representados por fichas simbólicas e por sistemas peritos, ambos envolvem confiança. Ou seja, na modernidade, as atividades desenvolvidas no cotidiano das pessoas envolvem riscos, que são minimizados graças a confiança que temos em determinados sistemas peritos, que nos dão garantias de que um produto pode ser utilizado sem que o mesmo desenvolva risco para seu usuário. Por exemplo, a grande maioria das pessoas não produzem seus próprios alimentos, no entanto, confiam em sistemas peritos, portadores de conhecimentos especializados para a produção dos mesmos: o agrônomo, o agricultor, o nutricionista, o engenheiro de alimentos.

Neste artigo, pretendemos refletir como que a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida desenvolve atividades denunciando o risco para a saúde humana e para o meio ambiente que tais produtos podem causar, como também, envolvendo sistemas peritos para retroalimentar seu repertório de argumentos. O efeito provocado pelo questionamento aos agrotóxicos também nos remete a perceber o papel de apropriação crítica do conhecimento que a campanha em voga nos oferece.

A Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida: uma descrição

A Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida é realizada por uma frente composta por movimentos sociais, organizações não-governamentais, universidades, institutos públicos de pesquisa, e sindicatos de trabalhadores com objetivo de “sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir daí tomar medidas para frear seu uso no Brasil” (CAMPANHA CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2011).

Os primeiros atores sociais a convocarem o debate sobre o tema do uso dos agrotóxicos, que depois desencadearia na citada Campanha³, foram os movimentos sociais do campo articulados a Via Campesina⁴. Desta maneira, em 2010, aconteceu um seminário nacional com o objetivo de

³ Quando utilizamos o termo “Campanha” estamos nos referindo a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

⁴ Fazem parte da Via Campesina Brasil as seguintes organizações: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimentos dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento das Mulheres Camponesas, Movimento dos Atingidos pela Mineração, Pastoral da Juventude Rural, Comissão Pastoral da Terra, Comissão Pastoral da Pesca, Conselho Indigenista Missionário, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal, Movimento dos Pescadores.

discutir a temática e teve a participação de trinta organizações, que deliberaram a construção da “Campanha Permanente” que teve início em 7 de abril de 2011, no marco do Dia Mundial da Saúde. Em 2014, mais de 117 organizações somavam esforço a este projeto. (TYGEL et.al, 2014)

A rede de atores que se articulam em torno da Campanha é vasta e heterogênea, ou seja, comporta entidades com diferentes áreas de atuação. Em termos de forças sociais presentes, pode-se observar a participação de movimentos sociais do campo, entidades sindicais representantes de trabalhadores rurais e urbanos, representações de classe de nutricionistas e trabalhadores da área da saúde, escolas, universidades, institutos de pesquisa, setores da Igreja Católica, redes e fóruns de organizações não governamentais, movimentos estudantis e organizações políticas.

Diferentes argumentos compõem as motivações desta ação unificada por esta diversidade de atores sociais. O fato do Brasil, desde 2008, (ANVISA, UFPR, 2012) ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, mobiliza o discurso dos representantes das organizações sociais, como também a linha editorial da produção de materiais impressos. O aumento no consumo de agrotóxicos não se deve somente ao fato de que a área agrícola tem se expandido, mas também porque a média utilizada desta aumentou substancialmente, passando de 10,5 litros/hectare em 2002 para 12 litros/hectare em 2012. (SINDAG, 2009, 2011). Considera-se preocupante tal elevação no uso dos pesticidas, visto que a toxicidade dos mesmos.

Um segundo forte argumento diz respeito ao fato de que, no Brasil, permite-se o uso de uma série de agrotóxicos, que são proibidos em outros países por serem altamente prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. Dos 50 agrotóxicos mais utilizados no Brasil, 22 são proibidos na União Europeia (ANVISA, 2008; 2012a; 2012b).

Um terceiro conjunto de argumentos advém das consequências do uso dos agrotóxicos para com as pessoas, que fazem parte e são base social destes atores que compõem a campanha. São casos de intoxicações causadas em trabalhadores rurais, a partir da aplicação dos pesticidas, de comunidades atingidas pelo agrotóxico jogado por aviões sobre lavouras, situações que contaminam pessoas, visto a disseminação pelo ar, causando sérios danos a médio e longo prazo. Citam-se o caso da contaminação do leite materno por agrotóxico em mulheres no estado do Mato Grosso (ABRASCO, 2012a, 2012b) e de alimentos contaminados, sobretudo frutas e verduras, identificados a partir da análise de órgãos governamentais, como Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com resíduos de agrotóxico acima do permitido, o que pode acarretar sério risco à saúde humana.

De acordo com sua Página Oficial, a “Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida” busca atingir os seguintes objetivos

Uma análise sobre a “Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida”

- Construir um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos, denunciando os seus efeitos degradantes à saúde (tanto dos trabalhadores rurais como dos consumidores nas cidades) e ao meio ambiente (contaminação dos solos e das águas)
- Fazer da campanha um espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção de um alimento saudável que respeite ao meio ambiente;
- Denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos. Criar formas de restringir o uso de venenos e de impedir sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e outras iniciativas legais.
- Pautar na sociedade a necessidade de mudança do atual modelo agrícola que produz comida envenenada para um modelo baseado na agricultura camponesa e agroecológica. (CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2011)

Os objetivos elencados pela campanha, são levados a cabo pelas entidades que compõem a frente em diferentes atividades, através de ações educativas como palestras e debates em escolas, universidades, assentamentos, comunidades rurais, comunidades urbanas, audiências públicas etc. Outro conjunto de atividades se dá no âmbito da articulação política e na pressão sobre o governo e o legislativo.

Nas mobilizações e atividades realizados pelo conjunto dos movimentos sociais que fazem parte da campanha, o tema dos agrotóxicos tem entrado na pauta e pressionado para que as autoridades tomem medidas referente ao controle do uso deste tipo de produto. Em termos de legislação, a Campanha conta com o apoio de parlamentares nos diferentes níveis – vereadores, deputados estaduais e deputados federais – que em seus espaços de atuação legislativa tem realizado debates e proposto leis para o controle do uso de agrotóxicos, como foi o caso do Projeto de Lei 3615/12⁵, proposto pelo deputado mineiro Padre João, do Partido dos Trabalhadores. A proposta buscava ampliar a fiscalização das pulverizações de agrotóxicos realizados por empresas de aviação agrícola, no entanto, apesar de ter sido aprovada na Comissão de Meio Ambiente, a proposta foi rejeitada na Comissão de Agricultura, pelo relator deputado Valdir Collato (PMDB – SC), e marcada por inconstitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça, pelo relator deputado Alceu Moreira (PMDB – RS), ambos deputados da chamada bancada ruralista. A proposição ainda está sujeita ao plenário da Câmara.

Percebe-se que os quatro objetivos estão relacionados com a ideia de fomentar o debate sobre os efeitos do uso dos agrotóxicos com a sociedade de maneira geral, de intervir na esfera política para regulação e proibição do uso de agrotóxicos, e de construir uma unidade entre os

⁵ Informações extraídas no sítio da Câmara dos Deputados. Disponível para maiores informações em <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=539988>. Acesso em 23 de outubro de 2015.

diferentes atores sociais que compõem a campanha. Os objetivos também sugerem a denúncia e responsabilização das empresas agroquímicas que produzem e comercializam os agrotóxicos.

Aspectos que indicam as formas de repercussão da Campanha na sociedade

O objetivo deste artigo é observar/analisar/investigar o processo em que a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos tem logrado em termos de agregar atores sociais para se somar em seus esforços propostos. A ordem de importância que iremos apresentar não indica que o primeiro ponto seja o mais importante do que o último, ou seja, os fatores não estão hierarquizados.

Um primeiro ponto a observar é a construção de uma pauta abrangente que congrega os clamores dos atores envolvidos. Em termos de intervenção junto aos governos e ao legislativo, a Campanha contra os agrotóxicos tem apresentado a seguinte pauta

As principais exigências da Campanha contra os agrotóxicos:

- Exigir que o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e Banco Central determinem a que seja proibido a utilização dos Créditos oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF para a aquisição de agrotóxicos, incentivando a aquisição/utilização de insumos orgânicos e a produção de alimentos saudáveis;
- Exigir da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – a reavaliação periódica de todos os agrotóxicos autorizados no país, além de aprofundar o processo de avaliação e fiscalização à contaminação de água para consumo público;
- Que os governos estaduais e assembleias legislativas proibam a pulverização aérea (feita pela aviação agrícola) de agrotóxicos em seus estados;
- Que o Ministério da Saúde organize um novo padrão de registro, notificação e monitoramento no âmbito do Sistema Único de Saúde dos casos de contaminações, seja no manuseio de agrotóxico, seja na contaminação por água, meio ambiente ou alimentos, orientando a todos profissionais de saúde para esses procedimentos;
- Que haja fiscalização para que se cumpra o código do consumidor e todos os produtos alimentícios tragam no rótulo se foi usado agrotóxico na produção, dando opção ao consumidor de optar por produtos saudáveis;
- Aumentar a fiscalização das condições de trabalho dos trabalhadores expostos aos agrotóxicos, desde a fabricação na indústria química até a utilização na lavoura e o manuseio no transporte;
- Exigir que o Ministério Público Estadual e Federal, e organismos de fiscalização do meio ambiente, fiscalizem com maior rigor o uso de agrotóxicos e as contaminações decorrentes no meio ambiente, no lençol freático e nos cursos d'água. (CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2011).

A pauta de reivindicações se conecta com as diferentes áreas de atuação dos atores sociais, demonstrando o caráter de diversidade dos envolvidos em torno da questão. O propósito de elaborar uma pauta para dialogar com o governo, já remonta a uma prática corrente entre os movimentos sociais e sindicais. Os sete pontos contidos no documento dizem respeito a diferentes frentes e propõe situações importantes para reflexão.

Uma análise sobre a “Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida”

O primeiro ponto chama a atenção para o financiamento da produção agrícola. A exigência da Campanha é de que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Banco Central proibam a compra de agrotóxicos através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A partir da década de 1970, durante o regime militar, o uso de insumos químicos nas lavouras passou a ser um elemento exigido para a liberação dos créditos agrícolas. Tal prática, adotada no auge da “Revolução Verde” e da “Modernização da Agricultura”, ainda segue nos dias atuais. Estancar ou pelo menos reduzir as exigências de compra de agrotóxicos é uma pauta característica dos movimentos sociais do campo e também das ONGs que atuam na área da agroecologia.

O segundo ponto da pauta exige que Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgão que controla a liberação de agrotóxicos no Brasil, reavalie periodicamente os agrotóxicos já liberados no país. Esta pauta se apresenta como reivindicação da maioria das entidades da Campanha.

O terceiro ponto trata sobre a proibição da utilização de aviões para a aplicação de agrotóxicos em grandes lavouras. Esta medida visa dialogar com um problema enfrentado por comunidades vizinhas de fazendas que fazem o uso de aviões para tal fim, e que acabam sendo prejudicadas, pois o vento dissemina o agrotóxico pelo ar, contaminando pessoas, animais e plantas em um raio de muitos quilômetros a partir do uso do defensivo agrícola.

O quarto ponto é direcionado para o Sistema Único de Saúde, a fim de que o mesmo tenha instrumentos de registro sobre os casos atendidos provenientes de intoxicações por agrotóxicos. A alegação dos profissionais da área é de que os atuais prontuários têm uma metodologia insuficiente para possibilitar um rastreamento dos intoxicados por agrotóxicos.

O quinto ponto exige que o governo cumpra o código do consumidor, para que na embalagem dos alimentos contenha a indicação de que tal produto contém agrotóxico, como acontece com os alimentos que contém mais de 1% de produtos transgênicos em sua composição⁶.

O sexto ponto é relacionado a saúde do trabalhador e o sétimo ponto sugere a atuação mais incisiva do Ministério Público Federal com a fiscalização da contaminação das águas promovidas pelos agrotóxicos.

Os pontos refletem pontos de vista de diferentes sujeitos sociais que interagem com a problemática dos agrotóxicos: os empregados e empregadas rurais que aplicam os produtos e sofrem consequências em sua saúde; as comunidades rurais que são banhadas por agrotóxicos jogados de aviões; os profissionais de saúde que atendem os pacientes e não tem em seus formulários orientações para registrar casos provenientes de contaminação por agrotóxicos; a

⁶ A Lei 11.105/2005 obriga as empresas que fabricam alimentos com produtos transgênicos a rotularem seus produtos, no entanto, a Câmara Federal alterou este texto legal, em abril de 2015, para que os produtos que contenham menos de 1% de transgênicos não sejam rotulados.

preocupação ambiental com a contaminação dos solos e dos mananciais de água; a preocupação dos consumidores em não saber a qualidade dos alimentos que estão consumindo. Na medida em que os pontos dos diferentes atores são incluídos na pauta, a plataforma passa a ser mais representativa.

Um segundo aspecto a ser analisado para explicar o crescimento da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela vida se refere ao fato de que as entidades que fazem parte da campanha têm em algum ponto de sua atuação interface com a questão dos agrotóxicos, seja por atuarem com agricultores e agricultoras ou por atuarem no campo da saúde pública e por identificarem que o uso de agrotóxicos acarreta riscos à saúde das pessoas e ao meio ambiente, através da contaminação da terra, água e ar. A experiência com os agrotóxicos é um fator que mobiliza as pessoas e organizações a construírem uma solução, a adotarem um caminho para superar o problema apresentado.

O terceiro aspecto é relacionado aos propositores desta Campanha: os movimentos sociais do campo. A agenda ambiental é um tema cada vez mais presente na pauta dos movimentos sociais do campo no Brasil (PICCOLOTTO e PICCIN, 2008). Sem deixar de destacar a importância de questões como o acesso à terra, o financiamento agrícola e os direitos trabalhistas - temas historicamente abordados nas pautas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo - o tema ambiental foi sendo incorporado e ganhou relevância, nos últimos anos, através de assuntos como a preservação ambiental, a defesa da biodiversidade e das sementes crioulas, do conhecimento tradicional e das culturas locais, da denúncia contra o uso de agrotóxicos.

A relação entre meio ambiente e agricultura, por mais próxima que possa andar, nem sempre se coloca em convergência. O desenvolvimento da agricultura se dá, fundamentalmente, a partir do uso de recursos naturais como a terra, a água e a luz do sol, no entanto, nos últimos anos, a agricultura organizada em escala industrial coloca problemas para a relação com o meio ambiente. O uso de agrotóxicos, combinado com a apropriação privada da terra, com o objetivo de produção em alta escala, apresenta consequências ambientais que movimentam os atores que disputam o espaço agrário brasileiro.

A dinâmica da agricultura adotada pelos grandes proprietários brasileiros, juntamente com as grandes empresas transnacionais, é caracterizada pelo uso intensivo de técnicas e tecnologias que agridem o meio ambiente e a biodiversidade. Os agrotóxicos fazem parte deste paradigma de agricultura. A luta contra os agrotóxicos informa não apenas uma luta contra uma técnica, mas contra uma concepção de agricultura.

Por outro lado, os movimentos sociais do campo, tanto os articulados na Via Campesina Brasil como também o movimento sindical vinculado a Federação dos Trabalhadores na Agricultura

Uma análise sobre a “Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida”

Familiar e da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, tem em suas plataformas, adotado preocupações de desenvolvimento da agricultura desde uma perspectiva orgânica e agroecológica. A luta pela terra no Brasil tem ganhado este contorno ambiental. E em torno do apelo ambiental tem se articulado atores sociais como as ONGs que atuam na área e também as entidades que promovem a agroecologia, como muitas que compõem a Articulação Nacional de Agroecologia⁷.

Um quarto aspecto a ser analisado diz respeito a entrada em cena de atores que fazem parte de sistemas peritos ou que tem o conhecimento perito (GIDDENS, 1991). Conforme afirma um artigo publicado pelos organizadores da campanha

Outro fator que conferiu representatividade à Campanha foi a adesão de entidades respeitadas, tanto da sociedade civil quanto ligadas ao Estado. No campo da saúde, destacamos a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Esta última coordenou a elaboração do *Dossiê sobre Impactos dos Agrotóxicos na Saúde*, que pôs fim a qualquer dúvida científica sobre os efeitos dos venenos agrícolas. (TYGEL, et.al, 2014, p.41)

A entrada em cena de três entidades respeitadas no campo da saúde no Brasil, apontada como um dos fatores que reforçaram a atuação da Campanha, nos oferece a possibilidade de demonstrar como que os sistemas peritos são utilizados para apresentar a confiabilidade de determinado argumento.

A organização da campanha contra os agrotóxicos tem produzidos materiais para informar a sociedade sobre os riscos e perigos dos defensivos agrícolas. Em termos científicos, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) organizou dois dossiês, o primeiro em 2012 (ABRASCO 2012a, 2012b) e o segundo em 2015 (CARNEIRO, et.al, 2015) compilando estudos de diferentes áreas sobre os efeitos dos agrotóxicos, especialmente na agricultura e na saúde. O cineasta Silvio Tendler, dirigiu dois filmes, intitulados “O veneno está na mesa” e “O veneno está na mesa 2” que trazem uma gama de informações a respeito do avanço dos agrotóxicos no Brasil, os problemas de saúde ocasionados por eles, como também, experiências de agricultores que têm buscado não utilizar agrotóxicos para desenvolver a agricultura.

⁷ De acordo com sua Página Oficial: “A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) reúne movimentos, redes e organizações engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural”. (ANA, 2015)

Tanto na elaboração de dossiês com artigos científicos, como também na elaboração de filmes, recorre-se aos sistemas peritos, que são mobilizados em torno do risco que os agrotóxicos podem causar sobre a saúde e ao meio ambiente. A adesão por parte destes atores sociais demonstra que a preocupação em relação os efeitos dos agrotóxicos na sociedade é uma preocupação que vai além dos movimentos sociais, que foram os propositores da Campanha. Por outro lado, como exposto pelos organizadores da campanha, no fragmento acima citado, estes agentes puseram “fim a qualquer dúvida científica sobre o efeito dos venenos agrícolas”, ou seja, como sistemas peritos deram credibilidade científica, para que a Campanha contra os agrotóxicos tivesse mais confiabilidade entre a população.

Um quinto ponto a ser observado é o diálogo desenvolvido com diversos setores da sociedade, como também, com diversos setores do governo. Somado a estas atividades de mobilização, discussão em espaços públicos sobre o tema, articulação de pesquisas para conhecer o impacto dos agrotóxicos, no período em que a campanha está em marcha, posterior a 2011, o governo federal elaborou com a participação de grande parte dos atores envolvidos no movimento em combate aos agrotóxicos, a PNAPO – Política Nacional de Agroecologia, que em termos práticos resultou no PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que prevê investimentos para impulsionar a produção de alimentos que não contenham o uso de agrotóxicos. Simultâneo ao PLANAPO, também está em elaboração o PRONARA – Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos.

O Plano Nacional de Agroecologia foi lançado em 2013 e apresenta uma iniciativa inédita, por mais que tímida, do Estado brasileiro, de fomentar a produção de alimentos por outra via que não a da agricultura convencional. Conforme nos explica Delgado (2010), a economia brasileira tem na exportação de commodities agrícolas seu carro chefe desde a ditadura militar de 1964, seguindo com esta política na redemocratização e seus governos posteriores, incluindo os governos de FHC, Lula e Dilma. O chamado modelo convencional de agricultura, baseado na intensificação da exploração do solo a partir de agroquímicos, para elevar a produção de grãos e garantir o funcionamento desta política agroexportadora. Neste contexto, é interessante observar que a criação de um Plano Nacional de Agroecologia é também simbólica, no sentido de reconhecer forças

Uma análise sobre a “Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida”

sociais e políticas que apostam em outro modelo de desenvolvimento agrário, como é o caso das entidades que estão envolvidas na campanha que estamos analisando.

No mesmo sentido, a indicação de que antes do final de 2015, entrará em vigor um conjunto de medidas governamentais intitulado de Programa Nacional de Redução do uso de agrotóxicos, também dá sinais da força destas entidades que atuam no campo da contra-hegemonia da agricultura convencional de larga escala, mas, por outro lado, atuam em sintonia com um apelo global de proteção do meio ambiente e de produção de alimentos saudáveis. Tais iniciativas certamente fortalecem a pauta anti-agrotóxicos proposta pela Campanha.

Os cinco pontos: a construção de uma pauta representativa; a propriedade que as entidades que atuam na Campanha têm sobre o assunto; a agregação do tema ambiental por movimentos sociais rurais; a entrada em cena dos agentes com conhecimento perito e; o avanço no diálogo com setores do governo, podem ser lidos como fatores que ajudam a compreender o crescimento da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Em todos estes pontos, a ideia de risco é um tema transversal que perpassa os argumentos e as motivações dos atores sociais envolvidos na campanha. Os problemas decorrentes do uso de agrotóxicos afetam diferentes grupos sociais em diferentes níveis. Em um nível mais geral, a abrangência do problema afeta a todas as pessoas que se alimentam com a produção agrícola brasileira, neste caso, toda a população brasileira e dos países que consomem alimentos exportados a partir do Brasil. Inúmeros estudos científicos atestam que o excesso de resíduos de agrotóxicos nos alimentos gera uma gama de problemas de saúde, dentre os quais, um dos mais temidos é o câncer (ABRASCO, 2012, 2014a, 2014b). Neste nível mais geral é que, indiferente da localidade geográfica, da posição social ou da classe social que o indivíduo estiver, o problema dos alimentos contaminados se impõe a todos.

A atuação das entidades contra o uso de agrotóxicos tem movimentando o governo no sentido de criar medidas, até o momento, mais focadas na preocupação de criar alternativas para os pequenos produtores não utilizarem os agrotóxicos do que no sentido de regular a produção e comercialização de tais produtos.

Adentrando em nível mais específico, no centro do problema, encontram-se os que lidam diretamente com os agrotóxicos, os trabalhadores do campo e as populações que residem próximo

das áreas pulverizadas pelos aviões agrícolas. O uso dos agrotóxicos, no entanto, é apresentado como um risco elevado que atinge toda a população. É apresentado como um risco invisível na alimentação e em curto prazo inevitável, pelo fato de que as pessoas necessitam comer estes tipos de alimentos para sobreviver, já que a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos defensivos agrícolas é consideravelmente pequena.

Além da ideia do risco, a campanha contra os agrotóxicos, ou seja, a unidade de ação destes atores sociais, apresenta também saídas que podem ser lidas como a negação de riscos, como a de produzir alimentos que não contenham agrotóxicos, que não ameacem os consumidores, que não traga problemas de saúde para os produtores, que não contamine as águas, o solo e o ar. As formas de produção agrícola que não utilizam agrotóxicos ou adubos químicos, onde duas categorias se destacam - a agroecologia e agricultura orgânica, são as medidas que estes atores propõem para substituir a agricultura convencional.

São propostas não apenas no âmbito teórico e discursivo, mas em termos práticos, já que uma parte de organizações que atuam nesta rede de atores que compõem a campanha, desenvolvem há muitos anos experiências e tecnologias agrícolas que possibilitem a realização da agricultura sem a dependência de adubos químicos.

O desenvolvimento de uma agricultura com técnicas menos agressivas ao meio ambiente, se apresenta também como uma maneira de produzir alimentos não contaminados e portanto mais confiáveis para a população;

De outro lado, os atores que se beneficiam com a produção e venda dos agrotóxicos, como as transnacionais, as grandes empresas agrícolas e os grandes proprietários rurais, também se utilizam da argumentação do risco social para justificar suas opções tecnológicas. O discurso de que é necessário o uso de agrotóxicos para a produção de alimentos baratos, remonta um refrão semelhante ao que fora apresentado como slogan da Revolução Verde: “A Revolução Verde é necessária para acabar com a fome do mundo”.

A inserção de agrotóxicos na agricultura brasileira teve um salto significativo após a chamada Revolução Verde, no período posterior a segunda guerra mundial, onde indústrias químicas da Europa e dos Estados Unidos passaram a produzir agrotóxicos com o objetivo de lucrar

Uma análise sobre a “Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida”

e com a justificativa de que seriam utilizados para o controle de pragas e para o aumento da produção de alimentos no mundo.

Neste sentido é bastante significativo o discurso da atual Ministra da Agricultura Kátia Abreu, então senadora e presidente da Confederação Nacional de Agricultura, ao afirmar em 2011 que os alimentos orgânicos se tornam mais caros e utilizar agrotóxicos barateia a produção de alimentos e garante que mais brasileiros tenham acesso a comida

Essas pessoas se esquecem que elas também comem, e que elas querem comer barato. Se ele tem um bom salário na Anvisa, não é o caso de milhares e milhares de brasileiros que ganham salário mínimo ou que não ganham nada e que, portanto, precisam comer comida com defensivo sim, porque é a única forma de produzir barato. (...) Não compreendo onde essas pessoas querem chegar. Elas querem atingir as pessoas pobres, que não podem pagar comida cara? Ou eles estão revoltados que o Brasil reduziu o preço da comida a não sei quantos por cento? (...) O pior de tudo isso, o mais desonesto dessa luta, é que a bandeira é bonita: é a saúde humana em jogo. A população toda fica a favor deles.⁸ (Trechos do pronunciamento da então Senadora do DEM-TO e Presidente da CNA, Sra. Kátia Abreu).

A tônica do discurso da atual ministra encontra eco entre os grandes proprietários rurais e empresários agrícolas. Revela uma sugestão de comportamento de classe, ou seja, se a pessoa não tiver dinheiro terá que se submeter a comer comida com “defensivo”, eufemismo de agrotóxico, e por outro lado, revela também um discurso fundamentado no risco, ou seja, se não for utilizado agrotóxicos, não será possível produzir alimentos para todos.

A sociedade global de risco convive com a sociedade de classes, e em se tratando do Brasil, o país com a maior desigualdade social do mundo, os problemas ambientais são enfrentados de maneira bastante distinta a depender da quantidade de recursos financeiros e políticos que os grupos sociais têm para se defender. Os riscos afetam a todos os grupos sociais, no entanto, a solução para os riscos está articulada com os interesses sociais e econômicos destes grupos.

Considerações Finais

O cenário sociopolítico montado a partir da efetivação da Campanha contra os agrotóxicos se dá nos seguintes moldes: há uma constatação de um problema (uso desenfreado de agrotóxicos), uma articulação de aliados (rede de atores que são tocados pelo problema), a eleição de um campo inimigo (as transnacionais que controlam a produção e comercialização de agrotóxicos e de

⁸ Discurso da então Senadora Kátia Abreu, DEM-TO, no Senado Federal, criticando os técnicos da ANVISA que deram um depoimento ao Jornal Le Monde Diplomatique relatando problemas decorrentes do uso de agrotóxicos no Brasil. (CAMARGO, 2011)

commodities) e um foco para intervir na esfera pública (conscientizar a sociedade e pressionar o governo a regular o setor).

O tema dos agrotóxicos tem mobilizado diferentes setores da sociedade por tratar de dois temas de ordem universal: a alimentação e a saúde. Dessa maneira, temos visto de um lado setores produtores de alimentos reclamando, pois o uso destes produtos acarreta em problemas de saúde para os trabalhadores que aplicam tais defensivos nas lavouras. Do outro lado, apresenta-se entidades de consumidores que passam a reclamar por alimentos saudáveis e também entidades de profissionais de saúde, preocupados com os efeitos dos agrotóxicos na saúde pública. Há um terceiro grupo, dos que defendem o uso de agrotóxicos, alegando que são indispensáveis para garantir a demanda de alimentos no mundo.

No discurso dos atores que compõem a Campanha contra os agrotóxicos é possível identificar o risco como um elemento de destaque. O risco é visto em diferentes formas: o risco de comer alimentos envenenados, o risco de contaminar as águas, o risco de ao utilizar tais produtos estar exposto a problemas de saúde.

O risco ambiental como mobilizador de discursos e práticas sociais é uma marca da sociedade capitalista contemporânea. O fato de explorar o discurso do risco de uma maneira que possibilita montar uma pauta representativa com diferentes atores sociais pode ser uma pista para explicar a repercussão positiva da Campanha Permanente dos Agrotóxicos e pela Vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde.** Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012a.

ABRASCO -Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 2 - Agrotóxicos, Saúde, Ambiente e Sustentabilidade.** Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012b.

ANA – Associação Nacional de Agroecologia. Objetivos. [Online]. Disponível em <http://agroecologia.org.br/> Acesso em 23 de outubro de 2015.

Uma análise sobre a “Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida”

ANVISA. Nota técnica. **Reavaliação toxicológica do ingrediente ativo parationa metílica**, 2012a.

ANVISA. Nota técnica. **Reavaliação toxicológica do ingrediente ativo forato**, 2012b.

ANVISA. **Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxico em Alimentos (PARA), dados da coleta e análise de alimentos de 2010**. Brasília: ANVISA, 2011. Disponível em: www.anvisa.gov.br. Acesso em: 21 de dezembro de 2011.

ANVISA. Resolução RDC n. 10 de 22 de fevereiro de 2008. Que estabelece a reavaliação toxicológica de 14 agrotóxicos. Brasília, DOU de 28/02/2008.

ANVISA; UFPR. **Seminário de mercado de agrotóxico e regulação**. Brasília: ANVISA. Acesso em: 11 de abril de 2012.

BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a outra modernidade**. São Paulo. Editora 34, 2010.

BOSCO, Estevão Mota Gomes Riba. **Ulrich Beck: A teoria da sociedade de risco mundial**. Unicamp: Campinas, 2011. (Dissertação de Mestrado)

CAMARGO, Renata. (2011). **Estamos almoçando, jantando e lanchando veneno**. [Online] Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunistas/estamos-almocando-lanchando-e-jantando-veneno/> Acessado em 25 de outubro de 2015.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. Objetivos e Pauta. [Online] Disponível em: <http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha>. Acesso em 24 de outubro de 2015.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria.et.al (Org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DELGADO, G. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. **Combatendo a desigualdade: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo. Editora da UNESP, 2010, p.81-112.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUIVANT, Júlia S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, abril, 2001.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti e PICCIN, Marcos Botton. Movimentos camponeses e questões ambientais: positividade da agricultura camponesa? In: **Revista Extensão Rural, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM**, Ano XV, nº 16, Jul – Dez de 2008

SINDAG. Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas; Anais do Workshop: Mercado Brasileiro de Fitossanitários; **Avaliação da Exposição de Misturadores, Abastecedores e Aplicadores de Agrotóxicos**. Brasília: 2009.

NORUS – v3, n.4, jul - dez 2015.

SINDAG. Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas. **Dados de produção e consumo de agrotóxicos.** Disponível em www.sindag.com.br acesso em 20 de dezembro de 2011.

TYGEL, A. F. et. al. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo. In: **Agriculturas: Experiências em Agroecologia.** vol. 11 n. 4, Dezembro, 2014.